



**Relatório conjunto da 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Economia, Turismo,  
Inovação e Internacionalização e da 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Cultura,  
Educação, Juventude**

**Petição n.º 12/2018 - “Benfica é Lisboa, em defesa do comércio tradicional de Benfica e  
da Identidade local”**

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2018, deu entrada na Assembleia Municipal de Lisboa a Petição n.º 12/2018 – “Benfica é Lisboa, em defesa do comércio tradicional de Benfica e da Identidade local”, subscrita por 476 peticionários e tendo como representante Nuno Gomes, a presente petição foi remetida pela Senhora Presidente da Assembleia às comissões competentes em razão da matéria nela incluída, designadamente à 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização e à 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude, que deliberaram emitir o presente Relatório, nos termos regimentais.

**I) CONSIDERANDOS**

No passado dia 14 de junho, foi apreciada conjuntamente em sede da 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente da 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, a Petição n.º 12/2018, intitulada de “Benfica é Lisboa, em defesa do comércio tradicional de Benfica e da Identidade local”. Para efeitos de apreciação, as 2.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Comissões Permanentes convocaram para audiência os representantes da Petição e, em data posterior, a 28 de junho, o Vice-Presidente Duarte Cordeiro e a 10 de julho, a Presidente da Associação de Comércio e Serviços (UACS), Maria de Lurdes Fonseca.

Visa a Petição colocada a escrutínio expor e solicitar o seguinte:

“Exigir à Câmara Municipal de Lisboa, e à EGEAC, que a Freguesia de Benfica, que é parte da cidade de Lisboa, deixe de ser esquecida e a partir de 2018, passe a ser contemplada pelas iluminações de natal e incluída no desenvolvimento da programação cultural da cidade, nesta e noutras quadras.”

5  
W

## **II) ENQUADRAMENTO**

A Petição n.º 12/2018 chegou à apreciação das 2.ª e 7.ª Comissões Permanentes, e tem por base a motivação dos cidadãos subscritores da mesma para que a Freguesia de Benfica deixe de ser esquecida e passe a ser contemplada pelas iluminações de Natal. Solicitam ainda a sua inclusão no desenvolvimento da programação cultural da cidade de Lisboa, nesta e noutras quadras, procurando assim terminar com uma injustiça e um tratamento desigual numa “Lisboa que precisa de todos”.

Por razão, consideraram a 2.ª e a 7.ª Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa, pertinente auscultar os intervenientes neste contexto, convidando para audição os representantes da Petição, bem como os intervenientes dedicados, designadamente o Vice-Presidente Duarte Cordeiro e a Presidente da UACS, Maria de Lurdes Fonseca.

Destas reuniões conjuntas da 2.ª e 7.ª Comissões Permanentes resultaram as audiências relatadas, sob as quais se elaborou o presente relatório.

A exposição feita pelo representante da Petição n.º 12/2018 presente em sede de Comissão, destaca como elementos críticos principais:

- Que a Freguesia de Benfica deixe de ser negligenciada e passe a ser contemplada pelas iluminações de Natal;
- Que a Freguesia de Benfica passe a ser e incluída no desenvolvimento da programação cultural da cidade de Lisboa, nesta e noutras quadras festivas.
- Que desta forma se termine neste âmbito com a injustiça e o tratamento desigual entre as freguesias de Lisboa.

## **III) ATAS DAS REUNIÕES CONJUNTAS DAS 2.ª E 7.ª COMISSÕES PERMANENTES, DEDICADAS À PETIÇÃO N.º 12/2018**

### **29.ª Reunião de 14 de junho**



**Ponto único** - Audição do peticionário, sr. Nuno Gomes no âmbito da Petição nº. 12/2018 – "Benfica é Lisboa, em defesa do Comércio Tradicional de Benfica e da identidade local".

Aos catorze dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, reuniram conjuntamente a 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização e a 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude, pelas dezassete horas e trinta minutos, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 75.º e n.º 1 do art.º 81.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, com a Ordem de Trabalhos em anexo. Compareceram à reunião os membros que assinaram a lista de presenças, em anexo. Havendo quórum para reunir e deliberar, os Presidentes da 2.<sup>a</sup> e da 7.<sup>a</sup> Comissão, respetivamente Pedro Cegonho e Simonetta Luz Afonso, deram início à reunião, contextualizando os presentes sobre o teor da Petição.

A Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, Simonetta Luz Afonso iniciou a reunião dando as boas vindas aos Srs. Peticionários. Igualmente o Sr. Presidente da 2.<sup>a</sup> Comissão deu as boas vindas aos Srs. Peticionários, referindo que, por despacho da Conferência de Representantes da Assembleia Municipal de Lisboa, foi deliberado que este tema baixaria às duas Comissões presentes, 2.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Comissões Permanentes, passando depois a palavra à Presidente 7.<sup>a</sup> Comissão.

Neste sentido a Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão abriu a sessão, dando a palavra ao promotor da Petição nº. 12/2018, Nuno Gomes, que agradeceu a oportunidade de os representantes serem recebidos pelas duas Comissões, passando a apresentar os Srs. restantes peticionários presentes: Rosa Nobre, Karib Habiibo e Nuno Rocha, todos na condição profissional de comerciantes e empreendedores em Benfica.

Seguidamente passou à leitura de um texto justificativo sobre a referida Petição 12/2018:

“Exmos. Senhores,

Para iniciar relembro algumas palavras duras que foram dirigidas à minha geração à 20 anos atrás e que hoje me orgulho de confrontar:

“vem aí uma geração rasca”

Ao longo destes últimos 20 anos, atravessamos uma dura crise financeira na qual fomos todos arrastados e que tivemos de reagir. Durante este percurso a mudança e adaptação foi obrigatória! Assim fomos levados a reinventar os nossos negócios, o que levou à criação de novas oportunidades de trabalho.



Hoje sentimos que temos a responsabilidade sobre as gerações que se seguem, pelo que é nosso dever lutar por um amanhã melhor!

Pelo que pedimos a vossa melhor atenção nos próximos momentos:

Posto isto...

Em nome de cada um dos subscritores da petição “Benfica é Lisboa, em defesa do Comércio tradicional de Benfica e da Identidade Local”, gostaríamos de voltar a agradecer às Comissões presentes por nos darem a oportunidade de manifestarmos o nosso descontentamento, pela forma como nos últimos anos tem sido tratado o tema da ausência de apoio à iluminação de Natal nas artérias comerciais de Benfica.

Falar do comércio de Benfica é falar de um bairro que agrega cerca de 38.000 habitantes, com mais de 600 estabelecimentos de porta aberta e se passearmos pelas ruas de Benfica poucas serão as lojas que encontramos fechadas.

Falar do comércio de Benfica é falar de tradição, das lojas de costura e bordados, do atendimento personalizado aos clientes, é falar de Lisboa.

Mas falar do comércio de Benfica também é falar de um comércio novo, impulsionador, moderno e tecnológico dinamizado por jovens empreendedores.

Hoje, trazemos uma questão muito concreta da qual não temos tido resposta e da qual entendemos que é tempo de corrigir e encontrar um modelo que traga maior equidade e transparência.

Referimo-nos ao facto de apesar do grande investimento da Câmara Municipal em iluminação Natalícia, as ruas de Benfica continuam a não ser alvo desse investimento.

Com o crescimento acentuado do turismo no centro da cidade de Lisboa, muitos dos seus antigos habitantes vivem atualmente na sua periferia. Atualmente, cerca de 62% da população da cidade de Lisboa está concentrada em 4 freguesias, sendo Benfica uma delas. Lá estão as pessoas e lá se encontra também o comércio de proximidade! É por isso no nosso entender tão importante o investimento da Câmara Municipal de Lisboa na iluminação natalícia.

Citando o Dr. Fernando Medina “é importante para a dinamização do comércio local, as atividades económicas e a animação de rua”.

A questão que colocamos é a seguinte:

- Se Benfica tanto trabalha (e bem) na dinamização do comércio local;
- Se Benfica com outras 3 freguesias representam cerca de 62% da população de Lisboa,



- Porque é que a freguesia de Benfica não tem sido contemplada com o investimento na iluminação de Natal?

Gostaríamos de trazer para vossa reflexão este protocolo (mostrar documento) celebrado entre o Município de Lisboa e a União de Associações de Comércio e Serviços, datado de 24 de julho de 2017 com validade até 31 de dezembro de 2017 com uma comparticipação de 650.000€;

Não sabemos, no entanto, se novo protocolo foi celebrado e se foi, em que condições.

Lendo este documento, não podemos deixar de levantar as seguintes questões:

1. Porque é que estas verbas foram destinadas à União de Associações de comércio e serviços (UACS)?
2. Quem é a UACS? que claramente não é representativa de todos;
3. Ao ler a clausula 4, alínea A e passo a citar “Promover todas as ações conducentes à iluminação, durante a quadra de Natal, das artérias da Baixa Pombalina e demais artérias da cidade de Lisboa que, por acordo venham a definir na execução do presente Protocolo.
4. Quais os critérios para a sua atribuição?

Cientes que não somos os únicos a sentir uma dualidade de critérios e que outras Juntas hoje aqui presentes estarão neste momento a sentir o mesmo.

Questionamo-nos:

- Porque não passar este investimento diretamente para as Juntas de freguesia, que estão mais próximas dos seus moradores e do comércio local.
- Não estarão as Juntas de Freguesia em melhores condições de identificar e operacionalizar as suas necessidades locais?

Ou em alternativa, porque não passar para a EGEAC?;

Protocolos como estes (mostrar), não conseguimos entender, porque verdadeiramente não apoiam todos os comerciantes, é isso que sentimos na freguesia de Benfica.

Chegado aqui, lançamos o desafio: vamos colocar as luzes de Natal junto do comércio local, nos bairros com tradição privilegiando tanto moradores como turistas.

Em nome dos moradores e comerciantes que subscreveram esta petição, apelamos uma vez mais, que não sejamos esquecidos, porque Lisboa também é Benfica.

Muito obrigado a todos.”



Seguidamente a Sra. possidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, solicitou aos Srs. Peticionários uma cópia do “Protocolo de Colaboração para programas e eventos a realizar na Cidade de Lisboa. Município de Lisboa e União de Avaliações de Comércio e Serviços”.

Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)

Começou por referir que já tinha sido presidente de uma Junta de freguesia que nunca foi abrangida pelas iluminações de Natal, salientando que estas iluminações se confinavam à Baixa de Lisboa e pouco mais. Desde sempre foi assim. Relembrou que, na qualidade de presidente de junta, estabelecia um acordo com o comércio local, seleccionando conjuntamente uma rua predeterminada para ser iluminada naquele período.

Referiu ainda que esta situação infelizmente mantém-se, considerando que a Câmara vive mais para o turismo do que para a cidade.

Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)

Mostrou uma diferença de opinião relativamente à opinião da Deputada Municipal Virgínia Estorninho, referindo que o objetivo sobre este assunto consistia em arranjar respostas necessárias.

Questionou os Deputados Municipais sobre se houvesse uma cooperação mais próxima com as juntas de freguesia, os Peticionários sentem que poderá haver uma melhoria na animação, que naturalmente, também é necessária junto dos estabelecimentos comerciais, sobretudo na quadra natalícia.

Deputado Municipal Manuel Lage (PS)

Iniciou a sua intervenção fazendo uma observação, sobre o amplo leque de abordagem incidindo sobre as delegações de competências que foram deslocadas da Câmara para as juntas de freguesias, mas também sobre as empresas municipais. Pelo teor da apresentação da petição em análise ficou explícito que os peticionários são conhecedores da forma de funcionamento do município, bem como da sua relação com as juntas de freguesia.

Questionou os peticionários sobre quais eram as suas profissões, e se já solicitaram apoio à Junta de freguesia de Benfica e qual era a sua posição sobre o assunto.

Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)

Perguntou se os Peticionários fazem parte de alguma associação

Peticionário Nuno Rocha

Agradeceu as intervenções feitas pelos Deputados Municipais Virgínia Estorninho, Miguel Teixeira e Manuel Lage, reportando-se à questão turística sobre a zona da Baixa. Conforme



referiu, tem todo o sentido que as iluminações de Natal se façam nas proximidades dos bairros que as pessoas habitam. A opção centralizada destas iluminações na zona da baixa, deixa um sinal muito claro que o município não está a valorizar as outras zonas residências da cidade, assim como o seu comércio local. Conforme salientou, é uma boa reflexão que deverá ser feita sobre esta exclusiva leitura turística em detrimento de outras zonas residenciais e do seu comércio local, especialmente no que concerne à sua animação através das iluminações natalícias.

Respondendo à intervenção do Deputado Municipal Miguel Teixeira, referiu que os peticionários encetaram contatos com a junta de freguesia de Benfica, salientando que o papel de proximidade das juntas com a sua população, estão em melhores condições para resolver questões como esta.

Já sobre a intervenção do Deputado Municipal Manuel Lage, o Peticionário respondeu que desenvolve o seu negócio na área das tecnologias móveis, que visa aproximar as pessoas ao comércio local. O outro colega Peticionário Nuno Gomes tem duas ópticas, em Benfica e a colega peticionária Rosa é mediadora de seguros e por último, o colega peticionário Nuno, tem um cabeleireiro.

Quanto à relação com a Junta de Freguesia de Benfica salientou sentirem-se muito honrados por pertencerem à Junta de Freguesia de Benfica, contudo, existem constrangimentos orçamentais que não possibilitam atender a todas as necessidades dos seus moradores, designadamente em ações de solidariedade, para criar bem-estar nas populações mais desfavorecidas na época do Natal.

Deputada Municipal Isabel Pires (BE)

Indagou os Peticionários sobre a programação cultural nas quadras festivas, uma vez que a petição é mais abrangente do que a quadra natalícia, pelo que perguntou aos peticionários que tipo de propostas, neste âmbito se poderiam fazer para as outras festividades.

Deputada Municipal Ana Gaspar (CPL)

Começou por salientar que faz sentido que a Câmara faça um protocolo com uma representatividade de associações e depois haja eixos principais que, entretanto, já se prolongaram, como são exemplo o da Av. da República e Alvalade.

Referiu que importa pensar este problema num âmbito mais global, no todo da cidade, pelo que seria interessante ver uma imagem mais comum nalguns eixos principais da cidade e depois cada junta, com as suas possibilidades promover localmente as iluminações para as



zonas que considere mais relevantes promover. Concluindo referiu que faz sentido esta duplicidade de critérios entre a Câmara e a UACS e depois cada junta de freguesia promover o seu próprio programa de iluminações.

Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)

Começou por opinar que não lhe parecer existir contradição entre aquilo que é feito habitualmente e a necessidade de reforçar a animação natalícia noutras áreas, nomeadamente na Freguesia de Benfica também. Nenhuma das partes deve demitir-se deste objetivo, nomeadamente o município. Naturalmente também as dinâmicas locais que se possam criar através da junta de freguesia e da associação pontual ou mais organizada que os comerciantes, associando-se nas freguesias possam realizar. A importância do comércio local é fundamental para a vida, assim como para a segurança e bem-estar das populações. É importante que esta animação natalícia possa chegar à freguesia de Benfica, não se confinando exclusivamente à época natalícia. Concluindo, referiu que há um conjunto vasto de áreas que tocam com a questão do comércio e que devem também ser analisadas por esta Comissão, para que no âmbito desta Petição, se possa fazer uma recomendação mais abrangente.

Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)

O conteúdo da presente petição consubstancia uma feliz concertação de preocupações económicas, culturais e turísticas da parte dos moradores e dos comerciantes, o que não deixa de ser positivo. Depois trouxeram também um exemplo complementar de um protocolo específico da Câmara, com uma Associação de Comerciantes. Antes de dar dois exemplos fez uma pergunta prévia. Questionou em primeiro lugar se os comerciantes locais estão ou não organizados em algum tipo de associação comercial local; e se não estão, quais as razões. Perguntou ainda se não o tencionam fazer a curto prazo, porque advirão desse passo algumas boas razões para o fazer, como explicitou nos dois exemplos que introduziu na sua intervenção. Referiu ainda que convém recordar que as iluminações de Natal financiadas no âmbito destes protocolos são fruto das taxas que os munícipes já pagaram, o que significa que as iluminações de Natal que são ótimas para promover o turismo, a cultura e o desenvolvimento económico de várias zonas da cidade, salientando que são uma promoção para os clientes fazerem as suas compras. A título de exemplo isto sugere aos contribuintes uma dupla tributação.





A presente petição poderia ter ido mais além, com base nos dois exemplos que enunciou. Um deles, conforme referiu é o caso da Associação da Rua Castilho, que há muitos anos se auto-organizam e cotizam, sendo as iluminações promovidas pelos seus comerciantes associados, autonomizando-se sem necessitar de pedir subsídios de ajuda ao município. Num segundo exemplo, verifica-se na Assembleia da Freguesia do Lumiar, em que se aprova uma verba que é oriunda diretamente do seu orçamento geral que é alocada para a iluminação natalícia de alguns espaços públicos previamente definidos.

Conforme referiu, neste contexto, vê com estranheza as outras freguesias não o fazerem, uma vez que é normal que se concertem vontades entre os comerciantes e os eleitos locais. É neste sentido que vê a presente Petição como insuficiente, uma vez que não chegou à totalidade das outras soluções possíveis de desenvolvimento.

Deputado Municipal João Valente Pires (PS)

Indo ao encontro da intervenção do Deputado Municipal Sobreda Antunes, reportou-se ao montante existente para as iluminações natalícias, de cerca 650 mil euros, montante disponibilizado através do protocolo da Câmara com a UACS, que a ser dividido pelas freguesias daria 27 mil euros para cada uma, o que, conforme referiu, parece manifestamente pouco para fazerem iluminações de Natal. Neste sentido, lançou o repto para se organizarem associativamente. Muito embora toda a cidade tenha a ganhar com as iluminações de Natal e toda a promoção do comércio que se possa fazer, no entanto, conforme salientou, os peticionários também têm interesse, pelo que o esforço de financiamento das iluminações deve ser repartido entre os comerciantes, que são os directos beneficiados da situação e a cidade, que através das freguesias, poderão dar o apoio logístico para a sua realização. Neste âmbito sugeriu que se ouvisse o vereador com a tutela sobre a área, para explicitar as razões que advieram da realização deste protocolo que a Câmara estabeleceu com a UACS, designadamente em termos do montante encontrado para o seu custeamento.

Enfatizou também que a UACS representa os comerciantes da cidade, fazendo todo o sentido que a Câmara tenha feito um acordo com esta associação. Em face desta realidade, exortou os comerciantes de Benfca a fazerem-se sócios da UACS.

Peticionário Nuno Gomes

Seguidamente usou da palavra o Sr. Peticionário procurando responder às questões levantadas, começando por responder à Deputada Municipal Isabel Pires referindo que a nossa preocupação central tem a ver com as iluminações de Natal. Ainda assim há um



conjunto de ações programáticas que podem ser estabelecidas se houver este apoio, em termos de um investimento mais equitativo. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal João Carlos Pereira, mostrou concordância com as observações levantadas. Reportando-se à intervenção da Sra. Deputada Municipal Ana Gaspar, referiu que os Peticionários nada têm contra a celebração deste protocolo. Todavia gostariam de conhecer os critérios de atribuição das verbas. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal Sobreda Antunes, salientou a importância da sua reflexão, em particular na relevância do comércio local para a criação de emprego e a dinamização económica local.

O objetivo desta Petição trouxe como tema central a questão das iluminações natalícias, ainda que pudesse ser alargada a outras questões, perderia ao seu propósito principal de sensibilizar as entidades tutelares para o fato de Benfica não ter qualquer apoio financeiro há muitos anos para as suas iluminações de Natal. Benfica também é Lisboa. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal João Valente Pires, referiu que para além de se pensar numa divisão simples do montante pelo número das freguesias existentes, dever-se-á antes olhar para uma perspectiva de custos de oportunidade, versus custo de investimento. Conforme salientou, importa encontrar um critério que seja justo e traga a iluminação para próximo das pessoas, existindo a necessidade de se introduzir uma ponderação de investimento atendendo à dimensão das freguesias, assim como do próprio comércio existente. Seguindo este critério poderá vir a permitir uma disponibilização de verbas mais justa. Concluindo referiu que importa perceber quais são os critérios que estão subjacentes à programação das verbas para este efeito, pelo que faria todo o sentido conhecer este documento.

Seguidamente utilizou da palavra a Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, referindo que o posicionamento dos Srs. Peticionários é um pouco ambíguo, uma vez que não obstante as queixas apresentadas, não fizeram paralelamente um esforço para se associar, e desta forma encontrar soluções mais operativas para o financiamento das iluminações de Natal em Benfica.

Neste sentido exortou os Peticionários de conjuntamente a encontrar formas resolverem os problemas subjacentes ao financiamento das iluminações natalícias, contando para o efeito com o apoio da Junta de freguesia de Benfica.

Após a audição dos Srs. Peticionários, deu-se continuidade à reunião, ouvindo o representante da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, o Sr. vogal da Cultura, Ricardo Marques.



5  
mf

Vogal da Cultura da Junta de Freguesia de Benfica, Ricardo Marques

Começou a sua intervenção referindo que iria dividir a sua exposição em duas vertentes, uma primeira circunscrita ao âmbito da Petição em concreto sobre o tema das iluminações de Natal, e numa segunda vertente, ligada ao sentimento generalizado de uma freguesia periférica como Benfica, mas que não deixa de ter cerca de 38.000 residentes, 682 estabelecimentos comerciais de porta aberta ligadas ao seu eixo central.

Neste contexto, é difícil explicar porque que é que há cinco anos atrás tínhamos esta rua entre a Igreja de Benfica e a zona do Edmundo, a zona da Grão Vasco e da Av. do Uruguai iluminadas e hoje em dia não as temos. A informação que obtivemos junto da UACS é que não temos um número de sócios suficiente que justifique este investimento; disse. Temos seguido uma estratégia de valorização do comércio tradicional. Benfica tem duas associações de comerciantes, mas estão as duas moribundas, sem qualquer atividade.

Concluindo disse que as luzes de Natal constituem um dos problemas que se mantem. A Junta de Freguesia de Benfica, nos anos de crise reorientou o seu investimento para a compra de cabazes de natal para apoiar as famílias carenciadas. Grosso modo, os custos para a iluminação natalícia deste eixo central são 150 mil euros. Este investimento disponível tem-se reorientado para a manutenção da oferta dos cabazes de Natal e para programação no Mercado de no Palácio Baldaya. Mas esta animação concentrada deixa os outros arruamentos sem qualquer animação, o que se traduz nas queixas agora apresentadas para fazer nesses arruamentos iluminação natalícia. Este investimento é inteiramente suportado pela Junta de Freguesia de Benfica, o que na nossa óptica não faz sentido. As iluminações de Natal devem ser realizadas de uma forma mais descentralizada e, sobretudo, com mais equidade na distribuição das verbas disponíveis para o efeito. Cada vez mais as ditas freguesias periféricas, Olivais, Alvalade procuram criar atividades âncora apostando no comércio de proximidade, procurando contrariar o efeito de uma cidade dormitório. Neste sentido apoiámos os signatários da Petição, para que os nossos moradores possam ter a quadra natalícia nos seus bairros junto de um comércio de proximidade.

Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)

Benfica é uma cidade dentro da cidade, porque tem uma oferta de comércio, serviços, universidades, muito completa. Porque é que há duas associações comerciais moribundas? Questionou. Os comerciantes e as juntas de freguesia têm um papel determinante nas



iluminações de Natal. Há aqui uma dinâmica, que antes de mais, tem de ser local. O associativismo deverá ser um investimento para resolução deste problema. O apoio das juntas para esta área de dinamização económica deverá ser mais atuante.

Deputado Municipal João Valente Pires (PS)

Lisboa tem 24 cidades diferentes e todas com os seus problemas próprios. Os senhores peticionários, antes de terem vindo aqui, deveriam ter feito o trabalho de casa que consiste na sua organização associativa. A junta de Benfica tem o dever de ajudar, mas não pode descartar para a Câmara a resolução deste problema, sob pena de todas as outras juntas de freguesias não contempladas com iluminações natalícias virem a fazer o mesmo. Enfatizou a necessidade de os comerciantes se organizarem associativamente uma vez que eles é que são os principais beneficiários.

Deputado Municipal Manuel Lage (PS)

A tónica foi de facto colocada pelo Deputado Municipal Fernando Correia. Existe uma verba municipal para as iluminações natalícias da cidade, estando todos de acordo que a sua zona central deve ser iluminada, não estando subordinada a qualquer critério referente ao n.º de residentes, mas antes por motivos culturais arreigados a uma tradição de muitas gerações de lisboetas, a que acrescem as valências turísticas. Todos sabemos que ao longo dos vários mandatos sucessivos, nos diferentes quadrantes políticos, quando faltam verbas para as iluminações de Natal, logo surge uma notícia. Há portanto um tratamento político que deve naturalmente ser tido em conta entre aqueles deputados que são a favor e os que são contra e ainda para que zonas da cidade devem ser contempladas. Todas as 24 freguesias continuam, e muito bem, a apoiar as iluminações de Natal. No entanto o cerne da questão será saber quem é que está a favor do necessário aumento das verbas do orçamento municipal para este efeito, de modo a contemplar mais zonas da cidade. Em suma reste saber se queremos ou não apoiar este aumento dos encargos financeiros para esta ação, pelo que devemos assumir a nossa posição em Assembleia e de preferência mantermos a mesma posição em sede de Câmara.

Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)

Nem todos parecem ter lido a Petição, pelo que leu o último parágrafo da Petição 12/18, referindo que o pedido sobre a inclusão de Benfica nas iluminações de Natal, está dirigido à Câmara e à EGEAC e não à Assembleia Municipal. Concluindo, referiu que a 7.ª Comissão Permanente não deverá enjeitar responder aos Srs. Peticionários, todavia parecem não saber muito bem que existem órgãos com responsabilidades distintas.



Sr. Presidente, da 2.ª Comissão, Pedro Cegonho

Concluindo referiu que, após a audição dos peticionários e do Sr. vogal da Junta de Freguesia de Benfica em representação da Sra. Presidente, se propusesse também convidar para audição a UACS, não só como promotora, mas também como financiadora das iluminações de Natal na cidade, e paralelamente, dar palavra ao Sr. vereador do Pelouro para perceber-mos as razões que estão subjacentes à realização do protocolo que foi subscrito no ano passado entre as duas unidades.

O Sr. vereador virá à 7.ª comissão no dia 28 de junho, ficando marcada uma reunião conjunta com a 2.ª Comissão pelas 11 horas. Informou ainda que o Relator desta Petição será o Sr. Deputado Municipal João Valente Pires.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelo Secretário que a redigiu e pelo Presidente da Comissão que a dirigiu. -----

A Presidente,

O Secretário,

Simoneta Luz Afonso

José António Barbosa Borges

---

### **32.ª Reunião de 28 de junho**

**Ponto 1** – Audição do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da **Petição 12/2018** – “Em defesa do Comércio Tradicional de Benfica e da identidade local”.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, reuniu a 7.ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e a 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização pelas onze horas, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 75.º e n.º 1 do art.º 81.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, com a Ordem de Trabalhos em anexo. Compareceram à reunião os membros que assinaram a lista de presenças, em anexo. Havendo quórum para reunir e deliberar, a Presidente da 7ª



*[Handwritten signature]*

Comissão, Dr.<sup>a</sup> Simonetta Luz Afonso, deu início à reunião, contextualizando os presentes sobre o teor da Petição e dando de seguida a palavra ao Vice-Presidente da CML.

O Vice-Presidente Duarte Cordeiro iniciou a sua exposição apresentando a metodologia de trabalho da CML sobre as iluminações de Natal, referindo existir um entendimento já histórico com a União de Associações de Comércio e Serviços (UACS) sobre as iluminações de Natal. Neste contexto referiu que este entendimento conjunto incide na escolha de quais os materiais a usar, assim como na definição das zonas abrangidas, transferindo a verba correspondente para esta entidade, para que o processo seja acompanhado e gerido pela mesma. Ressaltou ainda a importância de todo este processo ser articulado com as associações de comerciantes, para que possam ser abrangidas o maior número de áreas possíveis, respeitando todas as partes interessadas.

Considerou ainda o Vice-Presidente que se têm verificado melhorias na qualidade estética das iluminações de Natal na cidade de Lisboa, bem como uma melhor adequação do orçamento às motivações apresentadas. Referiu ainda que existe uma real compreensão da Câmara Municipal de Lisboa da importância das iluminações de Natal para o comércio, nessa altura particular do ano, motivo pelo qual a CML não tem nenhum interesse em reduzir o orçamento atribuído para este fim, demonstrando total confiança na metodologia de trabalho em curso.

Fim da apresentação, a Presidente da 7<sup>a</sup> Comissão Permanente deu a palavra aos Deputados Municipais, para que possam colocar questões.

Tomou a palavra o Deputado Municipal Sobreda Antunes, questionando o Vice-Presidente sobre a comparticipação da CML neste orçamento, em particular se é total ou parcial.

De seguida, tomou a palavra a Deputada Municipal Ana Gaspar, referindo que considera ter existido um incremento qualitativo nas iluminações de Natal, considerando também que o modelo em curso tem condições para continuar, com afinações pontuais ao nível da distribuição.



Tomou a palavra a Deputada Municipal Inês Drummond, referindo que a queixa não é apenas dos comerciantes, nem em particular dos de Benfica. Esta advém de uma constatação geral por parte dos munícipes que não têm as suas ruas iluminadas. Destacou ainda a sua compreensão para a impossibilidade de alargar o orçamento, sendo muito importante o apoio que os comerciantes e as demais entidades dão para que possa ser alargado o número de iluminações. Destacou também os custos alargados em alguns locais, enunciando a Av. do Uruguai que tem um custo de 50.000€ para iluminação.

Por último, compreendendo a desvinculação de alguns comerciantes da UACS, considerou que a UACS de futuro deverá ter uma melhor distribuição das iluminações, salvaguardando todas as partes e, em particular, os comerciantes.

A Deputada Municipal Isabel Pires questionou sobre quais os critérios utilizados para a identificação dos locais para colocar a iluminação e também sobre se o Protocolo referente a esta matéria já se encontra assinado para 2018 e se sim, com que alterações.

O Deputado Municipal Rodrigo Melo Gonçalves questionou sobre qual o impacto da verba que a CML transfere para a UACS no orçamento total.

Não havendo mais questões por parte dos Deputados Municipais, a Presidente da 7ª Comissão Permanente deu a palavra ao Vice-Presidente Duarte Cordeiro para responder.

O Vice-Presidente referiu que a CML delega na UACS a identificação das zonas que devem ser valorizadas, no entanto a UACS apresenta sempre a proposta final à CML, para que seja aprovada em conjunto. Referiu ainda que, sem desprimor para as zonas comerciais, a UACS tem que garantir que existem iluminações localizadas em zonas que dizem respeito a uma relação afetiva dos munícipes com a cidade, salvaguardando tradições como a visita às iluminações de Natal, que maioritariamente ocorre na zona da Baixa.

Referiu ainda o Vice-Presidente que entende ser importante assegurar este protocolo, até porque torna mais viável a relação entre a CML e as demais associações, considerando que o processo adequado deverá ser os comerciantes fazerem valer os seus interesses e



preocupações na UACS e não em organizações múltiplas, que certamente dificultarão em muito a fluidez deste processo.

Por último, e face ao orçamento, referiu que existe a motivação do município para dar continuidade a esta política de incentivo às iluminações de Natal e também de valorização da Noite Branca, que conhecerá reforços no futuro.

Finda a intervenção e não havendo mais questões a colocar ao Vice-Presidente Duarte Cordeiro, a Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente considerou ser benéfico convocar para audição a UACS, para esclarecimentos adicionais.

(...)

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelo Secretário que a redigiu e pela Presidente da Comissão que a dirigiu. -----

A Presidente,

O Secretário,

Simoneta Luz Afonso

José António Barbosa Borges

---

### **34.<sup>a</sup> Reunião de 10 de julho**

**Ponto 1** – Audição com a Presidente da Direção da União de Associações de Comércio e Serviços (UACS), Maria de Lurdes Fonseca;

Aos dez dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, reuniram a 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização e a 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e pelas onze horas e trinta minutos, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 64.º e n.º 4 do art.º 68.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, com a Ordem de Trabalhos em anexo. Compareceram à reunião os membros que





assinaram a lista de presenças, em anexo. Havendo quórum para reunir e deliberar, a Presidente da 7ª Comissão, Dr.ª Simonetta Luz Afonso, deu início à reunião, contextualizando os presentes sobre o teor do ponto 1 da reunião e contextualizando o processo já decorrido no âmbito desta Petição.

De seguida, a Presidente da 7ª Comissão Permanente deu a palavra à Presidente da UACS, Maria de Lurdes Fonseca, para apresentação da metodologia que determina a distribuição de iluminações de Natal em Lisboa.

Tomou a palavra a Presidente da UACS, referindo que esta é a primeira vez que trata deste assunto, uma vez que iniciou funções em janeiro. Face ao histórico que já conseguiu recuperar, refere que a UACS é a responsável pela organização de todos os espaços centrais com comércio, desde que foi descentralizada, por via protocolar, a gestão deste serviço por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Finda a apresentação, a Presidente da 7ª Comissão Permanente tomou a palavra para questionar se já haveria algum valor definido para este ano.

A Presidente da UACS referiu que a verba ainda não está definida, uma vez que é calculada em função do valor definido pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo expectável que a verba seja próxima da prevista no ano anterior, que rondou os 600.000€.

Referiu ainda que a metodologia que a UACS aplica para a definição dos espaços passa por uma política de proximidade com as Juntas de Freguesia, para que a cobertura possa ser a mais alargada possível e harmonizada com a gestão local.

O Presidente da 2ª Comissão Permanente questionou sobre qual o valor que é suportado pela UACS no que às iluminações de Natal diz respeito.

A Presidente da UACS referiu que a despesa é suportada pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo despesa da UACS os custos com pessoal, a manutenção e o licenciamento.



Referiu ainda o Presidente da 2ª Comissão Permanente que não existe de momento (desde 2013), nenhum protocolo vigente entre a UACS e as Juntas de Freguesia, sendo despesa das iluminações de Natal complementares aos eixos centrais suportadas pelo orçamento das próprias Juntas de Freguesia, não existindo sequer financiamento Municipal.

A Deputada Municipal Ana Mateus questionou sobre qual o apoio que a UACS dá em matéria de iluminação e também qual o apoio que a UACS dá aos associados que não se localizam nos eixos centrais.

A Presidente da UACS referiu que o apoio é logístico e de manutenção, salientando também que será importante ter em consideração que as iluminações de Natal são apenas uma das dimensões de atividade da UACS, pelo que o apoio dado aos associados não se resume a este tema.

O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves questionou sobre qual o custo das iluminações de Natal na sua dimensão logística.

A Presidente da UACS, não tinha informação para responder à questão formulada pelo deputado Rodrigo Gonçalves, tendo-se disponibilizado para remeter a informação em momento posterior, que será disponibilizada às Comissões.

O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves procurou que a informação remetida espelha-se destacadamente o montante aferido a este apoio logístico que a UACS dá a toda a operação das iluminações de Natal. Procurou precisar esta sua questão referindo que gostaria de saber qual é o custo nesta operação da parte da UACS, e ter o bolo global destas operações das iluminações de Natal.

Neste sentido, a Sra. Presidente da 7.ª comissão solicitou à Sra. Presidente da UACS se poderia enviar o documento até ao final da semana.

A Sra. Presidente da UACS, sobre este pedido formulado pela Sra. Presidente da 7.ª Comissão, disse que iria tentar, mas atendendo ao facto de a responsável financeira da UACS



*[Handwritten signature]*

encontra-se neste momento de férias, seria difícil. Não obstante esta situação, disse que iria tentar enviar o documento solicitado.

Sobre este assunto a Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, salientou que possivelmente existiriam pessoas na UACS que possam disponibilizar essa informação, referindo inclusivamente que essa informação poderia eventualmente já estar concluída.

Sobre esta observação da Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, a Sra. Presidente da UACS, respondeu negativamente.

A Sra. Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão mostrou surpresa sobre esta resposta referindo que este serviço que a UACS presta tem custos associados, questionando se a UACS tinha que contratar pessoal para fazer o serviço da montagem e colocação das luzes

A Sra. Presidente da UACS, respondeu que, nesse âmbito era contratada uma empresa para fazer esse trabalho, todos o apoio administrativo interno, das reuniões., licenças etc. era executado pelo pessoal da UACS. Concluindo a sua resposta referiu que este montante tem mesmo que ser calculado, porque corresponde a ordenados, com pessoal alocado, não sendo uma resposta que possa dar em termos imediatos. Os valores têm que ser calculados pelos serviços.

O Deputado Municipal Manuel Lage questionou se existiu alguma alteração ao nível dos procedimentos por parte da UACS e da Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos ou se a prática em curso se manteve comum ao longo do tempo.

A Presidente da UACS referiu que este procedimento tem sido regular ao longo do tempo, não conhecendo alterações.

Não havendo questões adicionais à Presidente da UACS, a Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão Permanente deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos, dando início ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos previsto na convocatória da reunião.



*[Handwritten signature]*

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pela Secretária que a redigiu e pelo Presidente da Comissão que a dirigiu. -----

A Presidente,

O Secretário,

Simoneta Luz Afonso

José António Barbosa Borges

---

#### **IV) OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS**

As forças políticas representadas na 2.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Comissões Permanentes reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde será discutida e votada a recomendação contida no presente relatório.

#### **V) CONCLUSÕES**

Em face dos testemunhos recolhidos em sede de Comissão Permanente, conclui-se que a Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração estreita com a UACS e com as Juntas de Freguesia da cidade, deverá incentivar o movimento associativo dos comerciantes locais a uma participação mais concertada nesta matéria, fomentando uma política de proximidade efetiva com as juntas de freguesia da cidade, indo desta forma ao encontro das necessidades de animação do comércio local e a uma maior harmonia entre as motivações dos mesmos e as opções da CML e da UACS nesta matéria.

As iluminações natalícias da cidade de Lisboa, deverão seguir, a exemplo da política de descentralização cultural implementada pela EGEAC, um progressivo alargamento sustentado para as áreas mais periféricas da cidade, envolvendo os principais atores no processo e criando novas formas de patrocínio e fomento das iluminações festivas na cidade.



Por último, importa lembrar aos Srs. comerciantes peticionários, da necessidade de se organizarem, no sentido de conjuntamente com o Município, a UACS, ou outras associações de comerciantes da cidade, de modo a tornar as festividades natalícias uma festa do comércio para todos os habitantes de Lisboa.

## V) RECOMENDAÇÕES

**Face ao exposto a 2.<sup>a</sup> e a 7.<sup>a</sup> Comissões Permanente propõe à Assembleia Municipal as seguintes recomendações à Câmara:**

- 1 – Que os locais a iluminar fiquem definidos em Protocolo, podendo os mesmos ser alterados anualmente;
- 2 – Que seja adoptado um critério, claro e de interesse municipal para definir os locais onde se vão instalar as iluminações de Natal, procurando privilegiar as zonas de grande fluxo comercial da cidade de Lisboa.

O Relatório foi aprovado por Unanimidade

Lisboa, 12 de julho de 2018

O Deputado Relator

João Valente Pires

A Presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão

Simonetta Luz Afonso

O Presidente da 2.<sup>a</sup> Comissão

Pedro Cegonho



Handwritten signature and initials.

## ANEXO

**“Protocolo de Colaboração para programas, projetos e eventos a realizar  
na Cidade de Lisboa Município de Lisboa e União das Associações de  
Comércio e Serviços”**